



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 897/21

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROCESSO Nº 1502/20

RELATOR (A): JÓ PEREIRA

Trata-se de Projeto de Resolução de iniciativa da Deputada Fátima Canuto, tombado com o número 67/2020, projeto que concede comenda Irmã Dulce para a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Alagoas.

O Projeto foi submetido para análise da 2ª Comissão de Constituição Justiça e Redação, para elaboração de parecer, cabendo a essa comissão apenas analisar a legalidade e a constitucionalidade da matéria, ficando a análise de mérito para a Comissão Temática ou para o Plenário.

O Projeto de Resolução não possui qualquer vício constitucional ou de iniciativa, tendo qualquer membro do Poder Legislativo legitimidade para propor o presente, tendo em vista a característica da matéria.

A Comenda Irmã Dulce foi instituída pela Resolução 645 de 01 de outubro de 2020, podendo ser agraciados pessoas e entidades que se destaquem na área social.

Deste modo, vejamos o artigo 145 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa:

Art. 145. A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de decreto legislativo ou de resolução.





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

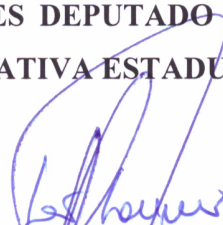
Em uma análise técnica, restou demonstrado que não existe qualquer vício na matéria em questão, devendo a mesma receber parecer favorável a sua aprovação.

### CONCLUSÃO

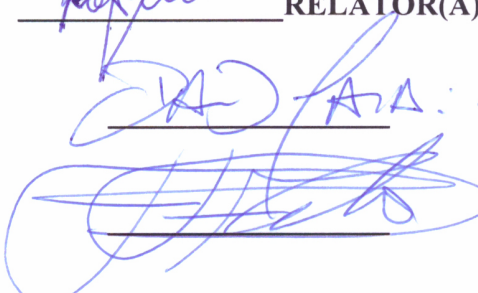
Diante dos fundamentos baseados na constitucionalidade e juridicidade, entendo que o Projeto de Resolução 67/2020 deve ser aprovado.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 20 de abril de 2021.

 PRESIDENTE

 RELATOR(A)



\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_